



Felipe Rodrigues/Pozzobon/ABR

## Proposta de plebiscito chega ao Congresso semana que vem

Entre a ministra Ideli Salvatti, o vice-presidente Michel Temer e o presidente do Senado, Renan Calheiros, a presidente Dilma Rousseff recebe senadores no Planalto para tratar das demandas populares

Senadores da base aliada reuniram-se ontem com a presidente Dilma Rousseff para articular um avanço na resposta às ruas, depois dos protestos dos últimos dias em todo o país. Dilma anunciou que na

próxima semana envia ao Congresso uma proposta de plebiscito sobre reforma política, pois identificou essa questão como uma das principais reivindicações nas manifestações. No Plenário do Senado, foi definido que,

também na semana que vem, serão votados projetos sobre passe livre estudantil e sobre ficha limpa no serviço público. Renan Calheiros reuniu-se com estudantes que fizeram ato pacífico em frente ao Congresso. **4 e 5**

**Financiamento de R\$ 25 bilhões deverá ampliar capacidade de estocagem de grãos 7**

**Aprovados novos titulares das embaixadas na Guiana e nas Bahamas 8**

**Exploração de terras-raras requer investimentos em ciência, diz especialista 8**

**Lúcia Vânia defende comunicação menos burocrática nas ouvidorias 2**

Edson Rodrigues/Secom-MT



Concursos terão que oferecer pelo menos 5% do total de cargos já existentes

### Novas regras para concursos públicos impedem oferta simbólica de vagas

O Senado aprovou ontem proposta de Lei Geral dos Concursos, que, entre outras medidas, impede a realização de certames para formação de cadastro de reserva. Proposta agora será enviada à Câmara. **6**

Gerardo Magela/Agência Senado



Vital do Rêgo (D) preside a sessão que aprovou expropriação de terras onde for descoberto trabalho análogo à escravidão

### PEC do Trabalho Escravo vai ao Plenário

A Comissão de Constituição e Justiça aprovou ontem o confisco de terras onde houver trabalho escravo. Texto segue ao Plenário sem mudanças para evitar a

necessidade de retorno à Câmara, onde enfrentou a resistência de deputados vinculados ao agronegócio e só foi aprovado depois de 11 anos. **3**



**Serviço de Informação ao Cidadão (SIC)**

**É fácil ficar sabendo**



O SIC oferece atendimento presencial aos cidadãos que solicitam informação com base na **Lei de Acesso à Informação**. O serviço é realizado de segunda a sexta-feira, das 9h às 18h30, no Senado Federal – Anexo II – Bloco B, 1º andar.

**Senado + transparente. A informação ao seu encontro.**

[www.senado.leg.br/transparencia](http://www.senado.leg.br/transparencia)



Arthur Monteiro/Agência Senado



José Eduardo Romão e Lúcia Vânia querem linguagem menos burocrática nas respostas das ouvidorias às pessoas

## Ouvidora do Senado recebe ouvidor-geral da União

Lúcia Vânia e José Eduardo Romão falaram sobre os recentes protestos populares e concordaram a respeito da necessidade de criar um novo modelo de comunicação que aproxime instituições e cidadãos

A OUIDORA-GERAL DO Senado, Lúcia Vânia (PSDB-GO), recebeu ontem o ouvidor-geral da União, José Eduardo Romão. Numa referência aos mais recentes protestos populares, eles manifestaram preocupação com a necessidade de as ouvidorias públicas estabelecerem uma interlocução ainda mais eficiente com os cidadãos.

De acordo com Lúcia Vânia, o modelo de comunicação das ouvidorias precisa ser submetido a uma “reformulação total”. Ao se referir, especificamente, à forma e à linguagem das respostas que são dadas aos cidadãos, a senadora frisou que, na maioria das vezes, as

ouvidorias terão de deixar o caráter burocrático.

—Precisamos dar respostas satisfatórias — destacou.

O trabalho de interlocução com o cidadão nunca se esgota com uma resposta burocrática, completou José Eduardo Romão. O ouvidor-geral da União falou, ainda, sobre a necessidade de as ouvidorias aperfeiçoarem a capacidade de análise das mensagens que lhes chegam.

— Algumas vezes, as ouvidorias recebem manifestações, mas não sabem identificá-las como demandas de movimentos organizados — disse.

Romão salientou que, em

razão dos últimos acontecimentos, muitas ouvidorias têm refletido sobre o quanto as mobilizações sociais vão “impactar” o trabalho desses órgãos.

Sobre as matérias relativas a ouvidorias que tramitam no Congresso, Lúcia Vânia firmou o compromisso de promover audiências públicas, nas quais devem ser discutidas sugestões da população que possam aperfeiçoar os projetos.

— Dessa forma, teremos a sociedade brasileira participando, diretamente, da construção das leis, o que é essencial para que construamos uma sólida democracia participativa.

## TV Senado estreia segundo episódio de série histórica

O Brasil é formado por muitos brasis. Já foi Pindorama, português e também espanhol, francês e holandês. Essa pluralidade característica da nossa história é o tema do segundo episódio da série *Brasil no Olhar dos Viajantes*, que estreia no dia 29 de junho na TV Senado. A série apresenta os relatos de estrangeiros que estiveram no Brasil desde o descobrimento e mostra sua influência na construção da nossa imagem perante o mundo e entre os próprios brasileiros.

Se no primeiro episódio o espectador pôde conhecer o Brasil visto pelos viajantes do século 16 como o paraíso nos trópicos, de natureza exuberante e habitantes selvagens, no segundo episódio irá se deparar com um Brasil colonizado, fonte inesgotável de ouro e riquezas naturais. O Brasil que conhecemos, da “terra boa e gostosa” e das “fontes murmurantes”, também já foi descrito como o país dos aventureiros, corrompidos, ociosos, ciumentos, indolentes e luxuriosos. Franceses e holandeses, em suas tentativas de colonização do território brasileiro, registraram sua passagem e, entre descrições técnicas, próprias dos relatos de viagem,

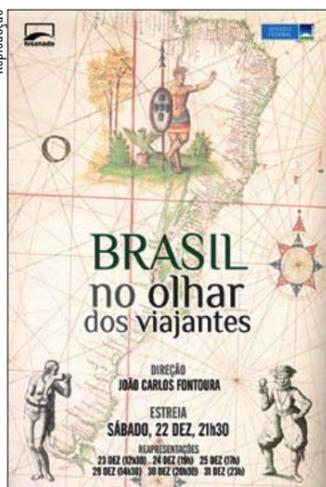
deixaram também impressões e queixas a respeito daqueles que habitavam e dominavam parte do Novo Mundo.

As narrativas produzidas por esses viajantes e as imagens que traziam sobre o Brasil circulavam por toda a Europa, apresentando ao mundo letrado um lugar desconhecido, distante e exótico.

As curiosidades e os fatos desse importante período da história do Brasil são apresentados no segundo episódio da série, que reúne documentos da época, imagens raras e depoimentos de pesquisadores que se dedicaram a investigar a relação entre a literatura de viagem e a consolidação da nossa identidade.

### Brasil no Olhar dos Viajantes, 2013

|                           |                                                                                                                                   |
|---------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>Estreia</b>            | 29 de junho, às 21h30                                                                                                             |
| <b>Direção</b>            | João Carlos Fontoura                                                                                                              |
| <b>Duração (episódio)</b> | 60 minutos                                                                                                                        |
| <b>Reprises</b>           | • Sábado 29/6: 21h30 • Domingo 30/6: 12h30<br>• Sábado 6/7: 14h30 • Domingo 7/7: 20h30<br>• Sábado 13/7: 4h • Domingo 14/7: 15h30 |



Reprodução

## Último dia de doações para a Campanha do Agasalho

A Campanha do Agasalho 2013 está chegando ao fim. Prorrogada até hoje, a fim de coletar um número maior de doações, a campanha já contabiliza 2.078 peças, entre cobertores, roupas e calçados.

A cada semana de campanha, voluntários percorrem o Senado para recolher as doações nas caixas coletoras e fazem o levantamento e a classificação das peças. Após a higienização dos itens doados, tudo é embalado e guardado.

Ao final da campanha, todas as doações serão distribuídas a instituições filantrópicas cadastradas e que não recebem ajuda do governo. As instituições são chegadas pelos voluntários.

Devido à durabilidade dos

cobertores — cinco anos em média — e também pelo excesso de doações, este ano outras instituições carentes, diferentes das beneficiadas em 2012, serão escolhidas para receberem as doações da campanha.

Em 2012, a campanha recolheu 2.780 peças.

### Arrecadação 2012

|               |                    |
|---------------|--------------------|
| 611           | cobertas           |
| 456           | itens infantis     |
| 718           | itens femininos    |
| 995           | itens masculinos   |
| <b>TOTAL:</b> | <b>2.780 peças</b> |



Marcos Oliveira/Agência Senado

Detalhe de peças arrecadadas com a Campanha do Agasalho 2013

### AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



#### PLENÁRIO Sessão para debates

9h A sessão não deliberativa é destinada a pronunciamentos de senadores e a comunicados da Mesa.

#### LEI DE ARBITRAGEM Comissão de juristas

9h Reunião da comissão de juristas com a finalidade de elaborar anteprojeto da Lei de Arbitragem e Mediação para exposição de temas relevantes sobre o assunto e votação de dispositivos do anteprojeto.

#### CRA Conceito de ruralidade

14h O ministro do Desenvolvimento Agrário, Pepe Vargas, é um dos convidados para debater o projeto do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura sobre o conceito de ruralidade no Brasil.

### SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**:



<http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**:



<http://bit.ly/comissoesOnline>

### TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 9h, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, a **sessão plenária**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet ([www.senado.leg.br/tv](http://www.senado.leg.br/tv)) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.



Waldemir Moka argumenta com o presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Vital do Rêgo, que a proposta precisa de análise mais detalhada no Plenário

## Confisco de terra onde há trabalho escravo vai a votação no Plenário

Acordo entre senadores da Comissão de Constituição e Justiça permitiu aprovação sem mudança para impedir que o texto volte à Câmara

UM ACORDO PERMITIU que a PEC do Trabalho Escravo fosse aprovada ontem na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). A proposta (PEC 57A/2009), que permite a expropriação de terras onde houver exploração de trabalhadores, será votada no Plenário. O acordo prevê criação de uma comissão de deputados e senadores para examinar dois projetos: um que define o que é trabalho escravo e outro que regulamenta processos de desapropriação.

O relator, Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), ressaltou que essas medidas são necessárias

para que a PEC seja aprovada no Plenário sem alterações. Se houver mudanças, a proposta terá de retornar à Câmara, onde enfrentou a resistência dos deputados vinculados ao agronegócio e só foi aprovada depois de 11 anos.

Paulo Paim (PT-RS) pediu que a PEC esteja entre as prioridades nas votações. O presidente do Senado, Renan Calheiros, quer votação na semana que vem, mas Waldemir Moka (PMDB-MS) e Inácio Arruda (PCdoB-CE) querem uma análise mais detalhada.

Segundo Aloysio, o acordo pode diminuir a resistência de

quem afirma que, sem regulamentação, a PEC permitirá expropriações arbitrárias. Blairo Maggi (PR-MT) está entre os que apontam esse risco. Ele disse que “ninguém em sã consciência apoia o trabalho escravo”, mas também afirmou que, da forma como está, a PEC vai criar uma conflagração no campo.

A comissão terá cerca de um mês para oferecer uma definição de trabalho escravo e uma regulamentação. Aloysio explicou que, pelo acordo dos senadores, essas definições e a própria PEC podem ser votadas ao mesmo tempo no Plenário.

Logo após Aloysio repetir que seu parecer não promove nenhuma alteração justamente para que o texto não precise voltar à Câmara, Pedro Simon (PMDB-RS) declarou que, “infelizmente, alguém apresentará uma emenda com esse objetivo”.

— Não se iluda! — advertiu.

Na semana passada, Aloysio criticou um suposto acordo feito ano passado — que envolveria o então líder do PMDB na Câmara, Henrique Alves, hoje presidente daquela Casa — para que a PEC fosse alterada no Senado e, assim, retornasse à Câmara.

## Comissão mista deve estudar regulamentação

Para Blairo Maggi, a PEC do Trabalho Escravo, se aprovada sem uma regulamentação, permitirá expropriações arbitrárias assim que for promulgada, pois “não se sabe como promotores e o Ministério Público do Trabalho vão se portar”. O senador assinalou que “existe uma discussão muito grande, no âmbito da legislação, sobre o que é efetivamente trabalho escravo ou análogo ao trabalho escravo”.

— A linha é muito tênue entre o que é uma coisa e o que é outra. Dependendo do fiscal que vai à sua propriedade, ele pode enquadrar ou não o produtor — pontuou.

Blairo, que é produtor rural, citou a norma regulamentadora NR-31, muito criticada por representantes do agronegócio, como a senadora licenciada Kátia Abreu, presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA).

— A NR-31 diz que a porta do alojamento tem que abrir para fora, mas ela abre para dentro — exemplificou.

Blairo fez um apelo para que a proposta não fosse aprovada pela CCJ ontem e, assim, houvesse mais discussões.

Já Aloysio Nunes diz que os receios quanto à arbitrariedade na aplicação da PEC não têm fundamento, pois não pode haver expropriação sem um processo legal, e este pressupõe a existência de uma regulamentação definida em lei.

— A PEC precisará de uma lei que diga como as expropriações serão feitas. A nova redação que a proposta dá ao artigo 243 da Constituição não é autoaplicável — reiterou.

“Diante de tantas reservas externadas pelos líderes dos partidos na Câmara e que, muito provavelmente, encontrarão eco no Senado”, Aloysio propôs a criação de uma comissão mista que trabalhasse paralelamente à tramitação da PEC. Ao anunciar o acordo, o presidente da CCJ, Vital do Rêgo (PMDB-PB), informou que a comissão poderá ser criada já na próxima semana. Mesmo Pedro Taques (PDT-MT), defensor da PEC, afirmou que a regulamentação é necessária “para evitar insegurança jurídica”.

## Texto dá mesma punição a cultura de planta psicotrópica

A PEC altera o artigo 243 da Constituição para determinar que as propriedades rurais e urbanas onde for descoberto trabalho escravo serão expropriadas e destinadas à reforma agrária ou a programas de habitação popular, sem indenização ao proprietário.

O texto também determina a mesma punição se forem descobertas culturas ilegais de plantas psicotrópicas. No parecer sobre a PEC, Aloysio ressaltou que, “em diversos municípios, principalmente das Regiões Norte e Nordeste, onde se situa grande área de cultivo de plantas psicotrópicas, milhares de jovens e trabalhadores rurais são



Quadrilhas de tráfico de drogas sujeitam trabalhadores rurais a condições análogas à escravidão, segundo relatório

arregimentados [inclusive por meio de sequestro] por quadrilhas do tráfico de drogas para trabalharem mais de dez

horas por dia, em seis meses do ano, nessas plantações”.

Além disso, o texto prevê que os bens de valor econômico

apreendidos por causa da exploração de trabalho escravo serão confiscados e revertidos para um fundo especial.

## Governo estima que problema atinja 20 mil pessoas

Aloysio Nunes afirmou que o Ministério Público do Trabalho estima que cerca de 20 mil pessoas vivam em condições equivalentes à escravidão no Brasil. Disse também que o Ministério do Trabalho informa que, desde 1995, mais de 45 mil pessoas foram resgatadas dessas condições.

— Apesar dos esforços no combate a toda forma de trabalho análogo à de escravo, os números revelam que essa prática ainda é muito comum.

O senador lembrou que o trabalho escravo não acontece somente na zona rural, mas também em áreas urbanas. Como exemplo, ele citou casos

de imigrantes sul-americanos que trabalham em condições insalubres e sem proteções trabalhistas em confecções na cidade de São Paulo ou os de asiáticos em condições semelhantes que trabalham com o comércio de produtos provenientes da China.

— São poucos os casos de

condenação criminal da Justiça de pessoas que submetem outras à escravidão — afirmou o senador.

Por isso, argumenta, a aprovação dessa PEC deverá ajudar o combate à impunidade, que, junto à ganância e à pobreza, alimenta a prática do trabalho escravo no Brasil.



Blairo teme arbitrariedades, na falta de definição do trabalho escravo

Em reunião no Palácio do Planalto, presidente da República apresenta avaliação sobre os protestos e anuncia para a próxima semana remessa de questões para consulta popular sobre reforma política. Estudantes que ontem fizeram manifestação em frente ao Congresso foram recebidos por Renan Calheiros, e senadores debateram em Plenário o novo cenário político

# Dilma acerta com senadores aliados envio de proposta de plebiscito

A PRESIDENTE DA República, Dilma Rousseff, deve enviar ao Congresso na próxima semana uma proposta de plebiscito sobre reforma política. A informação foi dada pelo presidente do Senado, Renan Calheiros, após reunião com Dilma e senadores da base governista. O vice-presidente da República, Michel Temer, e os ministros da Educação, Aloizio Mercadante, e de Relações Institucionais, Ideli Salvatti, também participaram do encontro no Planalto.



Entre Michel Temer e Renan Calheiros, Dilma fala para senadores aliados que reforma política é uma das reivindicações nos protestos populares dos últimos dias

Segundo Renan, Dilma fez uma avaliação sobre a evolução das manifestações das últimas semanas e destacou que uma das reivindicações é a reforma política. Renan disse que não houve detalhamento das questões a serem apresentadas no plebiscito. Para ele, o governo vai sugerir e o Congresso vai dar o formato final.

reforma política, não pode submeter o que não fez à análise do povo. O presidente do Senado reconheceu que alguns temas da reforma podem soar complexos, mas avaliou que campanha em rádio e TV pode esclarecer o cidadão.

Na avaliação de Renan, um referendo — como tem sido proposto pela oposição — não se aplica ao momento. Ele disse que, se o Congresso ainda não conseguiu fazer a

Líder do governo no Senado, Eduardo Braga (PMDB-AM) disse que a reunião foi positiva. De acordo com ele, Dilma expôs o que vem recolhendo de conversas com os movimentos sociais,

a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e outros segmentos da sociedade. Braga informou que, por unanimidade, os líderes da base aliada concordaram que o Senado inicie um debate interno para aprovar o plebiscito. De acordo com o senador, será buscado um “balizamento” com o governo, o Congresso, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e a opinião pública para ajustar mecanismos objetivos em torno do plebiscito. Ele

também destacou que a convocação do plebiscito é uma prerrogativa do Parlamento. — O Congresso entende que precisamos ter um balizamento claro — disse Braga, acrescentando que ouvir a população será importante para a implementação da reforma política.

Inácio Arruda (PCdoB-CE), também presente à reunião, elogiou a iniciativa da presidente Dilma em convidar os senadores para conversar. Ele

disse que caberá ao Congresso definir o que vai ser perguntado no plebiscito. Para o senador, a reforma política é ampla e pode atingir outros setores além do Legislativo. — Considero esse debate muito importante e estratégico para a sociedade. Mexe com o Congresso, com o Executivo, com o Judiciário e com o Ministério Público. É um debate que teremos de fazer ouvindo o clamor popular — disse o senador.

## Presidente planeja reunir-se também com parlamentares da oposição

Eduardo Braga confirmou a intenção da presidente Dilma de se reunir na segunda-feira com as oposições, tanto do Senado quanto da Câmara. Renan ressaltou que a reunião vai ocorrer antes de o governo enviar a proposta de plebiscito.

imprudência”. Na visão dele, o plebiscito não é a melhor alternativa para oferecer uma resposta às demandas da população. Na opinião do senador, há pouco tempo para o lançamento do plebiscito e para implementar a reforma política até outubro — data para que as mudanças propostas possam valer nas eleições do próximo ano.

Alvaro também advertiu que a consulta popular sugerida pelo governo pode custar caro aos cofres públicos e que as perguntas sobre reforma política são complexas, não podendo ser respondidas apenas com “sim” ou “não”. O senador lembrou que o Congresso discute reforma política há 20 anos, sem chegar a uma conclusão. E

agora, disse Alvaro, “querem que o povo se posicione em um mês”. Sobre uma possível reunião da oposição com a presidente Dilma, Alvaro disse que tem uma posição pessoal diferente.

— Eu não iria. Nesses dez anos, a oposição nunca foi convocada para uma reunião. Não há por que, nestas circunstâncias, a oposição

aceitar essa manobra da Presidência da República — declarou o senador.

De acordo com Alvaro, a oposição deve conversar com o governo posicionado na tribuna, e não entre quatro paredes. Ele ponderou que a reunião só valeria a pena se o encontro fosse aberto, transmitido ao vivo e a oposição pudesse se pronunciar.

## Aprovada urgência para passe livre

A sessão deliberativa de ontem serviu para os senadores definirem as próximas votações que integram a pauta prioritária estabelecida para atender as reivindicações apresentadas pela sociedade nos protestos dos últimos dias. Duas propostas serão discutidas já na próxima semana: o PLS 248/2013, de Renan Calheiros (PMDB-AL), que institui o Programa Passe Livre Estudantil em todo o país, e a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 6/2012, de Pedro Taques, que exige ficha limpa para preenchimento de cargos e funções comissionadas no serviço público.

comprovada em instituição pública ou privada — fosse antes analisado pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), para uma estimativa do volume de recursos necessários ao custeio. Em resposta, Renan afirmou que o regime de urgência é um instrumento regimental legítimo e, se não for usado, o Senado estará indo na contramão das ruas e atrasando as decisões cobradas pela sociedade.

Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) pediu que o PLS 248/2013 — que assegura gratuidade no sistema de transporte público coletivo local a estudantes do ensino fundamental, médio ou superior regularmente matriculados e com frequência

Na proposta, Renan estabelece que os recursos para custear o passe livre estudantil virão da exploração do petróleo da camada do pré-sal. Para Renan, a situação dos estudantes é “especialmente dramática” por não possuírem fonte de renda própria. Ele acrescenta que investir no transporte dos estudantes significa “verdadeiramente investir em educação”.

Com relação à PEC 6/2012 — que foi incluída na ordem

do dia de terça-feira —, o líder do PMDB, Eunício Oliveira (CE), informou ao Plenário que a proposta já tem parecer favorável de autoria dele, aprovado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

### Outras propostas

Os senadores vão definir na próxima semana calendário especial para outras PECs que fazem parte da pauta prioritária do Senado, como as propostas (PECs 53/2011 e 75/2011) de Humberto Costa (PT-PE) que preveem a pena de demissão para juízes e promotores condenados por corrupção.

Também aguardam definição de calendário a PEC 34/2011, de Vital do Rêgo (PMDB-PB), que cria a carreira de Estado de médico, e a PEC 36/2011, de Humberto Costa, que institui serviço civil obrigatório para médicos formados em universidades públicas.



Vanessa Grazziotin, Eduardo Braga, Aloysio Nunes Ferreira e Eunício Oliveira na sessão de ontem em Plenário



Estudantes pedem que 100% dos royalties do petróleo e 50% do Fundo Social do pré-sal sejam para a educação pública

## Entidades estudantis apresentam pauta

Combate à corrupção, reforma política, democratização dos meios de comunicação e recursos do petróleo para a educação foram as principais reivindicações apresentadas ontem pela União Nacional dos Estudantes (UNE) e a União Brasileira de Estudantes Secundaristas (UBes) a Renan Calheiros.



Presidente da UNE, Virginia Barros (C): “Discussões são fruto da luta das ruas”

Os jovens, que foram recebidos no gabinete da Presidência, também demonstraram repúdio ao projeto da chamada cura gay (PDC 234/2011), em tramitação na Câmara dos Deputados, pediram a saída do deputado Marco Feliciano (PSC-SP) do comando da Comissão de Direitos Humanos da Câmara e apoiaram o passe livre para todos os alunos matriculados nas redes públicas e privadas de ensino do país.

Os estudantes pediram também mais rapidez na tramitação do Plano Nacional da Educação (PLC 103/2012), proposta que deve ser analisada na próxima semana. — O Congresso está há dois

anos e meio debatendo o PNE. Queremos que o Senado reafirme a garantia de 10% do produto interno bruto para a educação, conforme prevê o plano. O presidente Renan se comprometeu a acelerar a tramitação. Não podemos admitir que, em pleno século 21, tenhamos mais de 10 milhões de analfabetos. Na quarta-feira, vamos novamente ao Congresso para garantir que a proposta seja aprovada — avisou a presidente da UNE, Virginia Barros.

A líder estudantil destacou as recentes conquistas

obtidas pela mobilização popular e disse que a UNE e a UBes vão continuar apoiando as manifestações nas ruas. — Se hoje o Congresso aceita debater temas tão polêmicos, é conquista do povo. Por isso somos solidários e continuaremos na pressão — afirmou.

Participaram da reunião Eunício Oliveira (PMDB-CE), Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), Eduardo Braga (PMDB-AM), Inácio Arruda (PCdoB-CE), Wellington Dias (PT-PI) e Gim (PTB-DF).

### Vanessa quer consulta sobre participação da mulher na política

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) anunciou ontem estar recolhendo assinaturas para apresentar uma sugestão de pergunta a ser feita no plebiscito proposto pela presidente Dilma Rousseff sobre reforma política. A senadora quer que seja perguntado se o povo concorda com a reserva de, no mínimo, 30% das vagas no Parlamento para as mulheres. Ela explicou que atualmente as mulheres não representam 10% dos parlamentares em todo o país.

### Executivo tenta fugir da responsabilidade, diz Figueiró sobre protestos

Ruben Figueiró (PSDB-MS) afirmou ontem em Plenário que o governo federal tenta transferir a responsabilidade da crise política para o Congresso. Para o senador, embora o Executivo tente mudar de assunto, o povo está insatisfeito também com a inflação e com a segurança pública, por exemplo. — O poder central, diante da revolta cívica das ruas, quer se eximir da sua inarredável responsabilidade.

### Casildo Maldaner pede mais recursos de tributos para estados e municípios

Casildo Maldaner (PMDB-SC) afirmou ontem que a presidente Dilma Rousseff não tem como exigir mais ações de governadores e prefeitos enquanto não houver avanços na busca de uma distribuição justa da arrecadação tributária, já que os estados e municípios se encontram sufocados por uma política extremamente centralizadora. Para Casildo, os políticos devem deixar de lado ideias “mirabolantes” e preocupações eleitorais na resposta à população, insatisfeita com o atual estado das coisas.

### Alvaro Dias considera “irresponsável” proposta de plebiscito

Em pronunciamento ontem, Alvaro Dias (PSDB-PR) disse que a proposta de plebiscito apresentada pela presidente Dilma Rousseff “é irresponsável” e não constitui a forma “mais plausível e adequada” para tratar da reforma política. Ele disse que é favorável a um referendo para que a população julgue o modelo político adotado pelo Congresso Nacional. Alvaro disse que Dilma foi “infeliz e mal assessorada” ao apresentar proposta de constituinte para reforma política, agora transformada em plebiscito.

### Viana afirma que manifestações nas ruas atropelaram a todos

Em pronunciamento ontem, Jorge Viana (PT-AC) afirmou que as manifestações nas ruas brasileiras atropelaram a todos, governo e oposição, e forçaram a elaboração de uma nova agenda nacional. Ele parabenizou o presidente do Senado, Renan Calheiros, por colocar em pauta “medidas elogiáveis”. O parlamentar disse que o Brasil teve duas vitórias na quarta-feira: no futebol, contra a Seleção Uruguai, e no Senado, com votações importantes, como o projeto que torna crime hediondo a corrupção.

### Suplicy defende plebiscito sobre reforma política já em agosto

Ao apoiar a proposta de realização de um plebiscito sobre a reforma política, Eduardo Suplicy (PT-SP) afirmou que o ideal seria realizar a consulta popular já em agosto deste ano. Ele explicou que as mudanças teriam de virar lei um ano antes para serem válidas para as eleições de outubro de 2014. — O mais rápido e eficiente será que possamos realizar um plebiscito ainda em agosto, de tal forma a podermos realizar as propostas de reforma política até o início de outubro, para valer nas eleições de 2014 — disse.

### Para Cristovam, “espírito de sobrevivência” impede reforma política radical

Voto distrital, fim do Fundo Partidário, teto de gastos por candidato e proibição de contribuições de pessoas jurídicas a partidos foram algumas das propostas defendidas por Cristovam Buarque (PDT-DF) ontem. Ele, porém, mostrou preocupação com a dificuldade de resumir questões complexas em um referendo e condenou o “espírito de sobrevivência” que impede aos políticos avançar com um projeto de reforma. — A reforma política tem que ser muito radical. Ela não pode ser feita pelos congressistas candidatos — afirmou.

### Valdir Raupp destaca atendimento de demandas populares

O senador Valdir Raupp (PMDB-RO) ressaltou ontem em Plenário o trabalho desenvolvido pelo Congresso Nacional nos últimos dias visando ao atendimento das principais reivindicações dos movimentos populares que estão ocorrendo nas ruas no país. — Se necessário for, o Congresso Nacional deverá cancelar o recesso parlamentar para se debruçar exclusivamente na busca de uma solução para os problemas aos quais a população está a exigir soluções urgentes — disse o parlamentar.

### Aloysio Nunes acusa Dilma de fazer campanha eleitoral antecipada

O líder do PSDB no Senado, Aloysio Nunes Ferreira (SP), acusou a presidente Dilma Rousseff de tentar desviar a opinião pública ao propor plebiscito para uma constituinte dedicada à reforma política, ideia da qual acabou recuando. Para ele, Dilma quis esconder o fracasso e os problemas do governo. — Ela está interessada em fazer uma campanha eleitoral antecipada, a pretexto de plebiscito, e esconder as mazelas do seu governo. Aloysio afirmou que a população está descontente com a volta da inflação, serviços públicos precários, corrupção, falta de transparência, crescimento pífio e empregos de má qualidade.

### Paim sugere inclusão de projetos de interesse popular na pauta positiva

Paulo Paim (PT-RS) informou que tem recebido manifestações de eleitores reconhecendo a iniciativa do Senado e da Câmara de dar respostas às reivindicações populares. Ele acrescentou, porém, que, na “avalanche de mensagens”, estão pedidos de inclusão na pauta positiva de projetos de interesse popular, como o fim do fator previdenciário, a desaposentadoria, o fim do voto secreto no Congresso e a taxação das grandes fortunas. — Por que não aproveitamos este momento e não votamos esses projetos?

### Segundo Lúcia Vânia, povo mostra repúdio à má qualidade de vida

Lúcia Vânia (PSDB-GO) afirmou que as manifestações mostram que a população está cansada da baixa qualidade de vida e repudia a precariedade da saúde, educação, transporte e gastos com a máquina pública. Ela disse esperar ações transformadoras, como a reformulação do sistema federativo. — Os prefeitos programam marcha em julho. Mais uma vez, vêm de pires na mão — disse, citando dados do TCU para mostrar que isenções de impostos da União deram prejuízo de R\$ 32 bilhões a estados e municípios.

# CCJ conclui votação de Lei Geral dos Concursos

Na última etapa de votação no Senado ainda foram incorporadas mudanças, como a que garante horário especial a candidato com restrições religiosas. Substitutivo segue direto para a Câmara

A COMISSÃO DE Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) encerrou ontem o processo de votação de substitutivo a projeto (PLS 74/2010) que regulamenta a realização de concursos públicos federais. Na votação, em turno suplementar, foram acatadas três emendas de Valdir Raupp (PMDB-RO) ao substitutivo de Rodrigo Rollemberg (PSB-DF).

Uma das mudanças sugeridas por Raupp admite dispensa de licitação para contratação de instituição organizadora de concurso. Raupp argumentou que a Lei 8.666/1993 prevê a dispensa de licitação, por exemplo, para contratação de uma universidade para organização de concurso.

A segunda alteração obriga a entidade executora a oferecer horário diferenciado aos candidatos que, por razões religiosas, não puderem fazer as provas nas datas e nos horários estabelecidos pela organização.

Por fim, Rollemberg acatou sugestão de Raupp de suprimir o caráter eliminatório da prova oral. Raupp observou que a idoneidade das provas orais tem sido questionada, chegando a se registrar casos de candidatos com bom desempenho nas fases anteriores que, por deficiência na expressão oral, acabam sendo prejudicados.

## Regras

Entre as novas regras estabelecidas pelo substitutivo



Pessoas favoráveis ao projeto (ao fundo) acompanham exposição de Rollemberg

aprovado, está a proibição de fazer concurso para formação de cadastro de reserva ou com “oferta simbólica” de vagas, ou seja, número de vagas inferior a 5% dos postos já existentes no cargo ou emprego público.

— Estamos dando um passo importante para moralização da realização de concursos públicos no Brasil — afirmou Rollemberg.

O texto aprovado pela CCJ também admite a realização de “sindicância de vida pregressa” na primeira etapa dos concursos. Nessa fase, seriam levados em conta apenas elementos e critérios de

natureza objetiva, proibindo-se a eliminação de candidato que responda a inquérito policial ou a processo criminal ainda sem condenação definitiva.

Por sugestão de Pedro Taques (PDT-MT), foi estabelecido que qualquer exigência relacionada ao sexo do candidato, estado civil, idade, religião, condição familiar, física ou de outra natureza tenha amparo legal e relação objetiva com incompatibilidades — listadas no edital — entre características individuais e o exercício do cargo ou emprego público.

## Responsabilidade por danos a candidatos será compartilhada

Buscando a moralidade administrativa, o substitutivo do PLS 74/2010 pretende sujeitar tanto o órgão público quanto a instituição organizadora do concurso a responder por eventuais danos causados aos candidatos. A entidade responsável pela seleção ficará obrigada a guardar o sigilo das provas. Ato ou omissões que

concorram para a divulgação indevida de provas, questões, gabaritos ou resultados poderão levar à responsabilização administrativa, civil e criminal dos funcionários. O substitutivo obriga ainda o órgão público ou a entidade promotora a indenizar os candidatos por prejuízos comprovadamente causados pelo cancelamento

ou anulação de concurso público com edital já publicado. A decisão deverá estar amparada em fundamentação objetiva, expressa e razoável, amplamente divulgada.

A aprovação da proposta foi elogiada por Lídice da Mata (PSB-BA), Paulo Paim (PT-RS), Wellington Dias (PT-PI) e Raulo Rodrigues (PSOL-AP).

## Principais pontos abordados pelo projeto

| PROBLEMAS                                                                                                                                                                                                                     | SUBSTITUTIVO AO PLS 74/2010                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 1. Prazo exíguo para inscrição:                                                                                                                                                                                               | O edital do concurso público será publicado integralmente no <i>Diário Oficial da União</i> , com antecedência mínima de 90 dias da realização da primeira prova. (Art. 12)                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  |
| 2. Restrições a candidatos residentes em estados ou municípios diversos daquele no qual será realizado o concurso (por exemplo, com inscrições feitas somente de forma pessoal):                                              | As inscrições deverão ser disponibilizadas em página da internet, onde os candidatos poderão ler a íntegra do edital e inscrever-se.<br>O período de inscrição será de no mínimo 30 dias, contado da data da publicação do edital. (Art. 16)<br>As provas escritas objetivas serão aplicadas em pelo menos uma capital por região geográfica em que houver mais de 50 candidatos inscritos. (Art. 21)                                                                                                                                                                                                                                                        |
| 3. Abertura de concursos tão somente para o chamado “cadastro de reserva” ou com oferta simbólica e irrisória de vagas:                                                                                                       | É vedada a realização de concurso público com oferta simbólica de vagas ou que se destine exclusivamente à formação de cadastro de reserva. Entende-se por oferta simbólica a abertura de concurso público com número de vagas inferior a 5% das vagas do respectivo cargo ou emprego existentes no órgão ou entidade. (Art. 14)                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             |
| 4. Realização de concursos públicos sem que nenhum candidato seja nomeado:                                                                                                                                                    | Os candidatos aprovados serão nomeados ou contratados com obediência rigorosa à ordem de classificação do concurso público, sob pena de nulidade da investitura. (Art. 61)<br>Não serão convocados para posse candidatos aprovados em concurso realizado dentro do prazo de validade de concurso anterior para os mesmos cargos. (Art. 64)                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   |
| 5. Taxas de inscrição exorbitantes e dificuldades operacionais ou, ainda, exigências infundadas no ato da inscrição:                                                                                                          | O estabelecimento da taxa de inscrição será de, no máximo, 3% do valor da remuneração inicial do cargo ou emprego público e levará em conta o nível remuneratório, a escolaridade exigida e o número de fases e de provas do certame.<br>É assegurada a devolução do valor relativo à inscrição em caso de adiamento, anulação ou cancelamento do concurso. (Art. 17)                                                                                                                                                                                                                                                                                        |
| 6. Mudança de datas e horários do concurso em cima da hora, muitas vezes impedindo ou dificultando ao extremo a realização das provas pelo candidato de outro estado ou município:                                            | O cancelamento ou a anulação de concurso público com edital já publicado exige fundamentação objetiva, expressa e razoável, amplamente divulgada, e sujeita o órgão ou a entidade responsável à indenização pelos prejuízos comprovadamente causados aos candidatos. (Art. 9º)                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               |
| 7. Quebra de sigilo das provas ou venda de gabaritos:                                                                                                                                                                         | A instituição organizadora resguardará o sigilo das provas, podendo seus agentes ser responsabilizados administrativa, civil e criminalmente por atos ou omissões que possam divulgar ou propiciar a divulgação indevida, no todo ou em parte, de provas, questões, gabaritos ou resultados. (Art. 68)                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       |
| 8. Ausência de motivação dos indeferimentos de recursos ou utilização de respostas padronizadas, de forma vaga e ambígua; prazo exíguo para recursos; e anulação de concursos, provas ou questões sem qualquer justificativa: | É vedada a realização de prova ou fase de concurso sem previsão de recurso administrativo contra o resultado. (Art. 55)<br>Todos os resultados dos recursos deverão ser objetivos e tecnicamente fundamentados, possibilitando ao candidato o conhecimento das razões da reprovação, inabilitação, inaptidão ou não recomendação. (Art. 56)<br>O prazo para recurso contra o resultado de qualquer fase do concurso não será inferior a cinco dias úteis. A instituição organizadora deverá disponibilizar sistema de elaboração de recursos pela internet. É vedada qualquer limitação no exercício da ampla defesa na apresentação dos recursos. (Art. 57) |
| 9. Omissão do Poder Judiciário em decidir causas que envolvam concursos públicos:                                                                                                                                             | É assegurado o acesso ao Poder Judiciário para impugnar, no todo ou em parte, o edital normativo do concurso público e para a discussão acerca da legalidade das questões e dos critérios de correção de prova, segundo o estabelecido pela lei. (Art. 65)                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   |

## MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Renan Calheiros

**Primeiro-vice-presidente:** Jorge Viana

**Segundo-vice-presidente:** Romero Jucá

**Primeiro-secretário:** Flexa Ribeiro

**Segunda-secretária:** Ângela Portela

**Terceiro-secretário:** Ciro Nogueira

**Quarto-secretário:** João Vicente Claudino

**Suplentes de secretário:**

Magno Malta, Jayme Campos, João Durval, Casildo Maldaner

**Diretora-geral:** Doris Peixoto

**Secretária-geral da Mesa:** Claudia Lyra

## SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretor:** Davi Emerich

**Diretora de Jornalismo:** Virgínia Galvez

## AGÊNCIA SENADO

**Diretor:** Marco Antônio Reis (61) 3303-3327

**Chefia de Reportagem:** Teresa Cardoso e Sheyla Assunção

**Edição:** Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

**Site:** [www.senado.leg.br/noticias](http://www.senado.leg.br/noticias)

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

## JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

**Diretor:** Flávio Faria (61) 3303-3333

**Editor-chefe:** Silvío Burle

**Editores:** André Falcão, Juliana Steck, Marcio Maturana e Ricardo Westin

**Diagramação:** Ronaldo Alves e Sandro Alex

**Revisão:** Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

**Coordenação de fotografia:** Paula Cinquetti

**Tratamento de imagem:** Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

**Arte:** Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

**Circulação e atendimento ao leitor:** Shirley Velloso (61) 3303-3333

Capacidade de estocagem de grãos será ampliada com financiamento de R\$ 25 bilhões nos próximos cinco anos, com juros de 3,5% ao ano e pagamento em até 15 anos

# Senadores apoiam crédito para construção de armazéns rurais

A INICIATIVA DO governo de incluir no Plano Agrícola e Pecuário 2013-2014 recursos para financiar a construção de armazéns nas propriedades rurais foi saudada por senadores que participaram de debate na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA).

O vice-presidente de Agro-negócios e Micro e Pequenas Empresas do Banco do Brasil, Osmar Dias, explicou que a medida visa ampliar a capacidade de estocagem de grãos. Haverá crédito de R\$ 25 bilhões para a construção de armazéns privados e de cooperativas, nos próximos cinco anos, com juros de 3,5% ao ano e pagamento em até 15 anos.

— Nunca houve recurso tão barato com prazo tão longo para construir armazém — disse Blairo Maggi (PR-MT).

A produção de grãos do



Representante do Banco do Brasil, Osmar Dias fala ao lado de Benedito de Lira, presidente da Comissão de Agricultura

Brasil em 2013 é estimada em 184 milhões de toneladas e a capacidade de armazenagem é insuficiente, obrigando que a safra seja transportada e comercializada logo após a colheita. Para Waldemir Moka (PMDB-MS), os investimentos anunciados poderão aumentar a lucratividade do setor.

— Vamos poder armazenar e esperar para comercializar,

e isso vai baratear o custo do transporte. Hoje, é preciso colher e logo em seguida transportar, não tem caminhão suficiente e, com demanda grande, aumenta o preço do frete — explicou o senador.

Eduardo Suplicy (PT-SP) defendeu o financiamento de estruturas para estocar a produção de agricultores de associações e cooperativas.

Osmar Dias informou que haverá investimento para construção de armazéns públicos e modernização dos existentes, alguns por meio de parcerias público-privadas.

— Os armazéns deverão ter gestores privados, para funcionar, para poder comprar correia, colocar balança, senão não funciona, não adianta ter armazém — frisou.

## Rito de licença para obra precisa ser modernizado

Osmar Dias se comprometeu a encaminhar sugestão de Blairo para definição de um rito de procedimentos voltados à obtenção de licença para construção de armazéns. Hoje, explicou o senador, o processo é demorado por falta de padronização nos órgãos de meio ambiente estaduais.

— A única coisa que temos que tomar cuidado é não deixar construir onde é proibido, em áreas de proteção permanente, em zonas de amortecimento — opinou Blairo.

O senador sugere um sistema a ser disponibilizado pela internet, onde o produtor prestará as informações requeridas e assumirá a construção do armazém nos moldes definidos. Caso não siga as normas previstas, será responsabilizado e punido nos termos da lei.

# Contratos com assistência técnica ampliam orientação

O avanço da oferta de crédito agrícola disponibilizado pelo governo nos últimos dez anos foi destacado por Osmar Dias. Como informou, em 2003 foram destinados à agricultura patronal R\$ 20 bilhões, enquanto no atual Plano Safra serão R\$ 136 bilhões. Para a agricultura familiar, foram destinados R\$ 2,8 bilhões em 2003, subindo para R\$ 21 bilhões atualmente.

Para a adequada utilização dos recursos, Ruben Figueiró (PSDB-MS) ressaltou a importância da assistência técnica. Dias esclareceu que o governo está incentivando a ampliação dos serviços de orientação aos agricultores e que, nos



Propriedades rurais com contratos de crédito recebem três visitas de assistência

contratos de crédito que incluem assistência técnica, devem ser feitas pelo menos três visitas à propriedade.

— Assistência técnica não é só fazer o projeto e entregar no banco. É também ir na

propriedade e acompanhar o plantio, o desenvolvimento da cultura e depois a colheita.

Respondendo a Acir Gurgacz (PDT-RO), Dias informou que estão sendo estudadas medidas para ampliar o acesso de

agricultores que são posseiros ao crédito. Conforme disse, os bancos deverão ter maior autonomia de decisão sobre a liberação de crédito.

Ao apontar as conquistas no financiamento das atividades rurais, em especial da agricultura familiar, o presidente da CRA, Benedito de Lira (PP-AL), defendeu a ampliação de investimentos para a irrigação. Casildo Maldaner (PMDB-SC) elogiou programa do Banco do Brasil que apoia a agricultura de baixo carbono e o uso de técnicas agrícolas sustentáveis que ajudem na redução das emissões de gases de efeito estufa e na preservação dos recursos naturais.

## Reivindicação de recursos para Fundo do Centro-Oeste

Os senadores também cobraram mais recursos para o Fundo Constitucional do Centro-Oeste (FCO). Segundo Waldemir Moka, há uma demanda reprimida na região. Em Mato Grosso do Sul, contou, a demanda é maior que a oferta de crédito em diversas atividades, como recuperação de pastagens degradadas e agroindustrialização.

Osmar Dias respondeu que o governo busca recursos de outras fontes para complementar os financiamentos feitos pelo FCO.

# Adiada a votação de relatório preliminar da LDO

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) adiou para terça-feira a análise do relatório preliminar do deputado Danilo Forte (PMDB-CE) ao projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2014. A discussão vem sendo adiada desde o início do mês por falta de acordo.

A aprovação do relatório preliminar dá início ao prazo para a apresentação de emendas ao texto final. Para que o Congresso entre em recesso parlamentar, a LDO precisa ser aprovada até o dia 17 de julho.

Também está na pauta da CMO a Medida Provisória 616/2013, que libera R\$ 2,9 bilhões para o Fundo de Financiamento ao Estudante

do Ensino Superior (Fies). O objetivo é garantir o acesso de estudantes a universidades particulares por meio de novos financiamentos, aditamentos dos empréstimos já contratados e de contratos de anos anteriores para os quais os repasses não foram suficientes.

O Fies é um dos principais instrumentos do governo para ampliar o acesso dos jovens à educação superior, por meio do financiamento da graduação para estudantes universitários matriculados em instituições pagas.

(Com Agência Câmara)



Deputado Danilo Forte não obteve acordo para o texto dele sobre o Orçamento

# Relator cobra participação do governo para facilitar acordo

Danilo Forte cobrou uma participação mais efetiva do governo na CMO, devido a dificuldades da comissão para avançar na atual fase — a aprovação do relatório preliminar. Ele acrescentou que já solicitou à ministra da Secretaria de Relações Institucionais, Ideli Salvatti, atenção maior do governo com a votação da LDO. O relator lembrou que as decisões da CMO sempre foram marcadas por acordos, inclusive com a oposição, principalmente pelo fato de o Orçamento ser “uma questão muito melindrosa”.

# Estados e municípios estão livres de contribuir para o superávit

A LDO não prevê mais a obrigatoriedade de que estados e municípios contribuam para o superávit primário, lembrou Danilo Forte. No acumulado de janeiro a maio, há uma tendência positiva de cumprimento da meta.

— Temos um recuo da Receita Federal, ou seja, agora a União vai compensar isso integralmente para atingir a meta — disse ele, acrescentando que a medida pode liberar R\$ 50 bilhões em investimentos de estados e municípios.

Pupo de Paula e Sette Câmara, indicados para as embaixadas da Guiana e das Bahamas, foram aprovados ontem pela CRE, e agora nomes serão avaliados pelo Plenário

# Projeto com a Guiana pode desenvolver Norte

O DESENVOLVIMENTO DA Região Norte poderá ser estimulado com um projeto que envolve a chamada Ilha das Guianas, abrangendo Roraima e Amapá, Guiana, Guiana Francesa, Suriname e partes da Venezuela. O ponto de vista foi defendido pelo ministro de segunda classe Lineu Pupo de Paula durante sabatina na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE). Ele e Eduardo Sette Câmara foram aprovados, respectivamente, para as embaixadas da Guiana e das Bahamas. As indicações seguem para o Plenário.

## Hidrelétricas

Como a região é delimitada por quatro rios — Orinoco, Cassiquiare, Negro e Amazonas —, há estudos para a construção de duas hidrelétricas com capacidade para atender as demandas regionais (hoje, a energia de Roraima é fornecida pela Venezuela), como afirmou Pupo de Paula.

Questionado por Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), Pupo de Paula esclareceu que a Eletrobras ainda não está



Sette Câmara, Ricardo Ferraço e Pupo de Paula (D) discutem proposta de construção de hidrelétricas na região das Guianas

envolvida no projeto, que, por enquanto, se resume a estudo de viabilidade a cargo de duas construtoras brasileiras — Queiroz Galvão e OAS. O governo da Guiana, que contratou as duas empresas, quer também o asfaltamento da estrada que liga Boa Vista a Georgetown, capital do país, e a construção de um porto em águas profundas. O diplomata prometeu empenhar-se pela concretização do projeto, que visa estimular o comércio da região, mas reconheceu que ele é ambicioso, pelo custo de US\$ 8 bilhões. O Banco Interamericano de Desenvolvimento

(BID) e a Corporação Andina de Fomento (CAF), como salientou, têm interesse em financiar projetos na região.

Respondendo a Cristovam Buarque (PDT-DF) sobre o tráfico de pessoas e de drogas, Pupo de Paula disse que a fronteira com a Guiana é “permeável”, porque aquele país não tem controle de tráfego aéreo. O Ministério da Defesa brasileiro, acrescentou, oferece treinamento a militares da Guiana e está disposto a compartilhar com o país os dados do Sistema de Vigilância da Amazônia (Sivam).

Já Sette Câmara fez um

histórico das relações entre Brasil e Bahamas. Também respondeu a Eduardo Suplicy (PT-SP) sobre a passagem como embaixador no Afeganistão (cargo que exercia cumulativamente com o de embaixador no Paquistão). Sette Câmara disse que a situação do Afeganistão é insolúvel. Segundo o diplomata, o presidente Hamid Karzai comanda “um governo traspassado pela corrupção e absolutamente inconfiável”.

— O fato de o Paquistão treinar e armar o grupo radical Talibã, que faz ataques terroristas por todo o país, ajuda a inviabilizar o Afeganistão.

**Guiana**

- » Área: 214.970 km<sup>2</sup>
- » População: 757.623
- » PIB per capita: US\$ 8.000
- » Capital: Georgetown

**Bahamas**

- » Área: 13.880 km<sup>2</sup>
- » População: 351.275
- » PIB per capita: US\$ 31.300
- » Capital: Nassau

Fonte: IBGE Países e CIA World Factbook

## Especialista cobra atenção a terras-raras

O desenvolvimento da exploração de terras-raras — substâncias químicas utilizadas pela indústria de alta tecnologia — depende de investimento contínuo em conhecimento científico e tecnológico. Essa é a opinião do diretor-geral da Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração, Tadeu Carneiro, que participou ontem de audiência conjunta da Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) e da Subcomissão Temporária de Elaboração do Marco Regulatório da Mineração em Terras-Raras no Brasil.

Carneiro explicou que os elementos são encontrados em abundância em vários locais, associados a outros minerais, mas a falta de conhecimento tecnológico impede que sejam explorados.

— Não basta descobrir o recurso, tem de resolver desafios de estrutura e de investimento em tecnologia.



Senador Luiz Henrique (C) coordena debate com Silva (E), Reis, Carneiro e Takagi

Luiz Henrique (PMDB-SC) defendeu parcerias do setor público com o privado para possibilitar o domínio científico e tecnológico. Ele considerou equivocada a decisão do país de não prosseguir, nos anos 90, com o desenvolvimento conquistado.

A subcomissão foi criada, explicou o senador, para elaborar projeto de lei que crie um marco regulatório que permita ao setor privado investir de forma ágil e com segurança jurídica e multiplicar

os efeitos das pesquisas.

Carneiro citou a exploração e o processamento de nióbio, muito usado na fabricação de aço, iniciado há 50 anos, em Araxá (MG), sem conhecimento tecnológico e de mercado. Hoje, o projeto tem parceiros e clientes no mundo inteiro e responde por mais de 80% da produção mundial. A comunidade tem programas habitacionais e fornecimento de equipamentos para a criação de escolas técnicas do Sesi e do Senai.

## China e Japão são referência no uso dos elementos

A China é o país que mais produz e consome insumos das terras-raras, disse o diretor-executivo da MBAC Fertilizantes, Antenor Silva. E o Japão tem a tecnologia mais avançada para exploração, mas não a exporta. Silva observou que, cada vez mais, as tecnologias limpas vão fazer uso das terras-raras.

Líder do grupo de pesquisa de recursos minerais do Japão, Tetsuichi Takagi ressaltou que, no país, 50% da demanda de energia elétrica provém de motores que utilizam terras-raras.

Segundo Jorge Luiz Brito Reis, coordenador de Mineração e Obras Civis do Ibama, não existe hoje nenhuma solicitação de licenciamento para exploração de terras-raras no Brasil.

## Aprovada construção de ponte entre Brasil e Argentina

O Plenário aprovou ontem o projeto de decreto legislativo que aprova acordo assinado por Brasil e Argentina para a construção de uma ponte internacional sobre o Rio Peperi-Guaçu, entre as cidades de Paraíso, em Santa Catarina, e San Pedro, no país vizinho. O PDS 40/2013, que teve como relator Luiz Henrique (PMDB-SC), segue para promulgação.

O acordo para a construção da ponte foi assinado em Buenos Aires em janeiro de 2011. A obra permitirá a interconexão da BR-282, em Santa Catarina, com a Rodovia Nacional 14, na província de Misiones, na Argentina.

O custo do projeto e da construção será compartilhado entre os dois países. O acordo também prevê a criação de um órgão binacional para referendar o projeto executivo e realizar vistorias no prazo de até um ano após a inauguração.

# 190 anos

## do Parlamento Brasileiro

O povo escreve a sua história

Mais informações:  
[www.camara.leg.br](http://www.camara.leg.br)  
[www.senado.leg.br](http://www.senado.leg.br)